

Diário do Legislativo de 18/08/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Hely Tarquínio

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Márcio Kangussu

2) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Antônio Andrade

Vice-Líder: José Henrique

3) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Bené Guedes

Vice-Líder: Marcelo Gonçalves

4) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Navarro Vieira

Vice-Líder: Paulo Piau

6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Olinto Godinho

Vice-Líder: Cristiano Canêdo

7) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Rogério Correia

Vice-Líder: Adelmo Carneiro Leão

8) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

9) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Agostinho Silveira

Vice-Líder: Eduardo Brandão

10) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Chico Rafael

Vice-Líder: Elaine Matozinhos

11) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Alberto Pinto Coelho

Vice-Líderes: Eduardo Hermeto, Maria José Hauelsen e Rêmoló Aloise

12) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Paulo Pettersen

13) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Carlos Pimenta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB Presidente

Deputado Doutor Viana PDT Vice-Presidente

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Sargento Rodrigues PL

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Arlen Santiago PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputada Elaine Matozinhos PSB

Deputado Ivo José PT

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ambrósio Pinto PTB Presidente

Deputado Eduardo Brandão PL Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado José Henrique PMDB

SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado José Milton PL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado César de Mesquita PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado José Milton PL

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14 horas

EFETIVOS:

Deputado João Paulo PSD Presidente

Deputada Elaine Matozinhos PSB Vice-Presidente

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Bené Guedes PDT

SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputada Maria José Haueisen PT

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado João Leite PSDB Presidente

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Vice-Presidente

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Irani Barbosa PSD

SUPLENTE:

Deputada Elbe Brandão PSDB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Cabo Morais PL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB Vice-Presidente

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado José Milton PL

SUPLENTE:

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Paulo Piau PFL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Agostinho Silveira PL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Márcio Cunha PMDB Presidente

Deputado Mauro Lobo PSDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Hermeto PSB

Deputado Rêmolo Aloise PFL

Deputado Miguel Martini PSN

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Olinto Godinho PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Cabo Morais PL Presidente

Deputada Maria José Haueisen PT Vice-Presidente

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Adelino de Carvalho PMN

SUPLENTES:

Deputado Eduardo Brandão PL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Wanderley Ávila PSDB

Deputado César de Mesquita PMDB

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado João Batista de Oliveira PDT Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Márcio Kangussu PSDB

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

SUPLENTES:

Deputada Maria José Hauelsen PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Dinis Pinheiro PSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Elmo Braz PPB Presidente

Deputado Djalma Diniz PSD Vice-Presidente

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputada Maria Olívia PSDB

Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTE:

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado João Paulo PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Miguel Martini PSN

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Edson Rezende PSB Presidente

Deputado César de Mesquita PMDB Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

SUPLENTE:

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15h30min

EFETIVOS:

Deputado Ivo José PT Presidente

Deputado Amílcar Martins PSDB Vice-Presidente

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

SUPLENTES:

Deputado Rogério Correia PT

Deputado João Leite PSDB

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Eduardo Hermeto PSB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arlen Santiago PTB Vice-Presidente

Deputado Wanderley Ávila PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

SUPLENTES:

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Antônio Andrade PMDB

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputada Elbe Brandão PSDB Presidente

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT Vice-Presidente

Deputado Márcio Cunha PMDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Pastor George PL

SUPLENTES:

Deputado Amílcar Martins PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Debates

1.2 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 16/8/99

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum" - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Fábio Avelar - Marco Régis - Mauro Lobo - Pastor George.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 17, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (-A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

ATA DA 11ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às dezesseis horas do dia oito de julho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Cunha, Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Olinto Godinho e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Cunha, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Olinto Godinho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Colocados em discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela aprovação na forma do vencido, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 187/99 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Eduardo Hermeto) e do Projeto de Resolução nº 408/99 (relator: Deputado Rogério Correia). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Mauro Lobo - Rêmoló Aloise - Rogério Correia- Eduardo Hermeto - Miguel Martini.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DO CÓLERA NO VALE DO JEQUITINHONHA

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia dez de agosto de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Arlen Santiago, Doutor Viana e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre as ações da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável visando a preservação do meio ambiente nas cidades mineiras e sua relação com a ocorrência de cólera. Informa, ainda, que serão ouvidos na reunião os Srs. João César de Freitas Pinheiro, Superintendente de Política Ambiental, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e Eduardo Firmo Durso, Supervisor Regional do Alto Jequitinhonha do Instituto Estadual de

Florestas - IEF -, representantes, respectivamente, dos Srs. Tilden Santiago, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e Evandro Xavier Gomes, Diretor-Geral do IEF. Logo após, o Presidente passa a palavra ao Deputado Márcio Kangussu, que explica o objetivo da reunião. Em seguida, os convidados fazem sua exposição e respondem às perguntas formuladas pelos Deputados, conforme consta nas notas taquigráficas. Após os debates, o Deputado Doutor Viana apresenta requerimento, em que solicita seja prorrogado o prazo de funcionamento desta Comissão por mais 30 dias. Solicita, ainda, sejam convidados os conselheiros das Câmaras de Biodiversidade e de Recursos Hídricos e o Diretor-Geral do IGAM para prestar esclarecimentos à Comissão sobre a defesa do meio físico, biótico e socioeconômico. Submetidos a votação, são os requerimentos aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada em 16/8/99, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir, em audiência pública, a liberação de recursos para a solução do problema do cólera no vale do Jequitinhonha, contando com a participação de Deputados Federais, Prefeitos Municipais e representantes de associações dessa região. Determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 1999.

Arlen Santiago, Presidente - Doutor Viana - Márcio Kangussu.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DO CÓLERA NO VALE DO JEQUITINHONHA

Às dezesseis horas e quinze minutos do dia dezesseis de agosto de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Arlen Santiago, Doutor Viana e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, a liberação de recursos para a solução do problema do cólera no vale do Jequitinhonha. A seguir, lê ofício da Sra. Maria Elvira, Deputada Federal, em que justifica sua ausência nesta reunião; tece suas considerações iniciais sobre o objetivo da reunião e passa a palavra ao Deputado Márcio Kangussu, que discorre sobre as atividades desenvolvidas nesta Comissão. Após, informa que serão ouvidos o Sr. Romeu Queiroz, Deputado Federal; o Sr. Ricardo Mendes Pinto e a Sra. Nilzete Moreira Oliveira, Prefeitos Municipais de Pedra Azul e Itaobim, respectivamente; os Srs. Romércio Oliveira Gobira, Secretário de Saúde de Almenara e representante do Prefeito desse Município; Ronaldo Mota Dias, Presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE - AMAMS -; e Roberto Grapiúna, Presidente da Associação Microrregional do Baixo Jequitinhonha - AMBAJ. Registra, ainda, a presença da Sra. Cátia Silene Moreira Porto, Secretária de Saúde de Itaobim. Os convidados fazem suas exposições e apresentam sugestões para o combate ao cólera na referida região. Abrem-se os debates entre os Deputados e os convidados, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 1999.

César de Mesquita, Presidente - Doutor Viana - Márcio Kangussu.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 18/8/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 208/99, do Deputado Paulo Piau, em que solicita a transcrição, nos anais da Casa, do editorial "Agricultura sem Política", publicado no jornal Estado de Minas, em 9/4/99. A Mesa da Assembléia opina pela rejeição do requerimento.

Requerimento nº 311/99, da Comissão do Trabalho, solicitando ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado o encaminhamento a essa Comissão de informações sobre os programas e projetos de qualificação profissional financiados pelo Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 318/99, do Deputado Arlen Santiago, em que solicita informações ao Secretário da Fazenda sobre o montante dos tributos arrecadados pelos cartórios nos últimos 5 anos, bem como outras que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 326/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que solicita ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado a elaboração de nota técnica relativa ao impacto financeiro-orçamentário decorrente do aumento proposto no Projeto de Lei nº 40/99, que autoriza a negociação do valor de parcelas remuneratórias de servidores. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 328/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, solicitando ao Secretário da Fazenda a elaboração de nota técnica relativa ao impacto financeiro-orçamentário que o Projeto de Lei nº 66/99 poderá provocar já que o mesmo dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 340/99, do Deputado Anderson Adauto, em que pede informações ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado sobre as concessões públicas de transporte rodoviário de passageiros que se encontram vencidas no Estado até a presente data. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 6/99, do Deputado Wanderley Ávila e outros, que dá nova redação ao inciso III e acrescenta parágrafo ao art. 184 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição da proposta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 4/99, do Deputado Marcelo Gonçalves, que altera a composição da Região Metropolitana de Belo Horizonte, de que tratam os arts. 7º e 21 da Lei Complementar nº 26, de 14/1/93. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opinou por sua aprovação. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Assuntos Municipais que opina pela rejeição da Emenda nº 1 e do Substitutivo nº 1, e pela aprovação do Substitutivo nº 2.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13/99, do Deputado João Leite e outros, que acrescenta à Constituição do Estado o art. 300 e suprime o inciso I de seu art. 139. A Comissão Especial opina pela rejeição da proposta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 469/99, da Mesa da Assembléia, que concede licença ao Governador Itamar Augusto Cautiero Franco para se ausentar do Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 18/99, do Deputado Ambrósio Pinto, que aprova convênio celebrado entre os Municípios de Visconde do Rio Branco e São Geraldo para modificação de limite territorial. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 344/99, da Deputada Elbe Brandão, que institui o Dia Estadual da Promoção da Saúde Bucal. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 371/99, do Deputado Chico Rafael, que institui, no âmbito do Estado de Minas Gerais, a Semana de Combate à Violência. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 43/99, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à empresa SAMAR do Brasil, Indústria e Comércio Ltda., com sede em Sabinópolis. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 90/99, do Deputado Miguel Martini, que institui o selo de fiscalização dos atos notariais e de registro, no âmbito do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 181/99, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a Justiça de Paz. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, apresentadas pela Comissão de Justiça.

A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 204/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Machado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com as Emendas nº 1, 3 e 4, da Comissão de Justiça, e 5 a 7, que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 2, da Comissão de Justiça.

A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 3 e 4, apresentadas pela Comissão de Justiça, e 5 a 7, da Comissão de Meio Ambiente; e pela rejeição da Emenda nº 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 221/99, do Governador do Estado, que estabelece competência ao IPSEMG para arrecadar e aplicar contribuições sociais. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão do Trabalho, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 262/99, do Deputado Márcio Cunha, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Universidade do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 264/99, do Deputado Agostinho Silveira, que revoga o art. 2º da Lei nº 13.167, de 20/1/99, que estabelece normas para concurso público promovido pelo Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 274/99, do Deputado Agostinho Silveira, que dispõe sobre o Programa de Atendimento Voluntário aos alunos com deficiência no aprendizado escolar. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 361/99, do Governador do Estado, que revoga dispositivo da Lei nº 12.237, de 5/7/96, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 10/99, do Deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 30/99, do Deputado Márcio Kangussu, que altera a Lei nº 12.992, de 30/7/98, que dispõe sobre renegociação da dívida dos municípios e do Estado com o IPSEMG. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 18/8/99

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 542/99, da Deputada Maria Olívia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da CPI dos Fundos, a realizar-se às 10 horas do dia 19/8/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir a Sra. Misabel de Abreu Machado Derzi, Procuradora-Geral do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da CPI da Carteira de Habilitação, a realizar-se às 10 horas do dia 19/8/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Sr. Milton Clementino Costa, Presidente da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 18/8/99, destinada à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 6/99, do Deputado Wanderley Ávila e outros, que dá nova redação ao inciso III e acrescenta parágrafo ao art. 184 da Constituição do Estado; e 13/99, do Deputado João Leite e outros, que acrescenta à Constituição do Estado o art. 300 e suprime o inciso I de seu art. 139; do Projeto de Lei Complementar nº 4/99, do Deputado Marcelo Gonçalves, que altera a composição da Região Metropolitana de Belo Horizonte, de que tratam os arts. 7º e 21 da Lei Complementar nº 26, de 14/1/93; dos Projetos de Resolução nºs 469/99, da Mesa da Assembléia, que concede licença ao Governador Itamar Augusto Cautiero Franco para se ausentar do Estado; e 18/99, do Deputado Ambrósio Pinto, que aprova convênio celebrado entre os Municípios de Visconde do Rio Branco e São Geraldo para modificação de limite territorial; dos Projetos de Lei nºs 344/99, da Deputada Elbe Brandão, que institui o Dia Estadual da Promoção da Saúde Bucal; 371/99, do Deputado Chico Rafael, que institui, no âmbito do Estado, a Semana de Combate à Violência; 43/99, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à empresa SAMAR do Brasil, Indústria e Comércio Ltda., com sede em Sabinópolis; 90/99, do Deputado Miguel Martini, que institui o selo de fiscalização dos atos notariais e de registro no âmbito do Estado; 181/99, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a Justiça de Paz; 204/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Machado e dá outras providências; 221/99, do Governador do Estado, que estabelece competência ao IPSEMG para arrecadar e aplicar contribuições sociais; 262/99, do Deputado Márcio Cunha, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Universidade do Estado de Minas Gerais; 264/99, do Deputado Agostinho Silveira, que revoga o art. 2º da Lei nº 13.167, de 20/1/99, que estabelece normas para concurso público promovido pelo Estado; 274/99, do Deputado Agostinho Silveira, que dispõe sobre o Programa de Atendimento Voluntário aos alunos com deficiência no aprendizado escolar; 361/99, do Governador do Estado, que revoga dispositivo da Lei nº 12.237, de 5/7/96, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências; 10/99, do Deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica; e 30/99, do Deputado Márcio Kangussu, que altera o Lei nº 12.992, de 30/7/98, que dispõe sobre renegociação da dívida dos municípios e do Estado com o IPSEMG; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 17 de agosto de 1999.

Anderson Adatao, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Adelmo Carneiro Leão, Agostinho Silveira, Eduardo Daladier, Irani Barbosa e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/8/99, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres sobre os Recursos nºs 1 e 2/99, do Deputado João Leite.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 1999.

Deputado Ermano Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dinis Pinheiro, Eduardo Brandão, Márcio Cunha e Olinto Godinho, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/8/99, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente, o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 1999.

Deputado Mauro Lobo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI do IPSM

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Cristiano Canêdo, Alencar da Silveira Júnior, Glycon Terra Pinto, Hely Tarquínio, João Paulo e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/8/99, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se designar o relator e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 1999.

Antônio Roberto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Dalmo Ribeiro Silva, José Milton e João Pinto Ribeiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/8/99, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir o processo de fusão de turmas nas escolas estaduais, a situação dos projetos Acertando o Passo, Travessia a Caminho da Cidadania e a perspectiva para o ensino de jovens e adultos na rede pública estadual.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 1999.

Sebastião Costa, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 469/99

Mesa da Assembléia

Relatório

Apresentado pela Mesa da Assembléia no uso da competência que lhe reserva o art.79, inciso VII, alínea "h", do Regimento Interno, o Projeto de Resolução nº 469/99 visa a conceder licença ao Governador do Estado, Sr. Itamar Augusto Cautiero Franco, para se ausentar do Estado por período superior a 15 dias. Publicado em 5 de agosto do corrente ano, o referido projeto, em obediência ao que preceitua a alínea "a" do inciso VIII do art. 79 do Regimento Interno, vem a esta Comissão com o objetivo de receber parecer para o 1º turno, o qual é emitido nos termos seguintes.

Fundamentação

O art. 62 da Constituição Estadual, que arrola as matérias de competência privativa da Assembléia Legislativa, em seu inciso XII, enumera como uma delas a concessão de autorização ao Governador para ausentar-se do Estado, quando a ausência exceder 15 dias. Por sua vez, o Regimento Interno, ao dispor sobre esta matéria, determina, em seu art. 79, que a licença seja formalizada por meio de projeto de resolução de iniciativa da Mesa, à qual incumbe, também, emitir os respectivos pareceres.

Dessa forma, cumpridas as exigências constitucionais e regimentais referentes à matéria, somos por sua aprovação.

Conclusão

Pelo exposto, nosso parecer é pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Resolução nº 469/99 tal como apresentado.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 17 de agosto de 1999.

Anderson Adauto, Presidente - Dilzon Melo, relator - Durval Ângelo - Gil Pereira.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

57ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 10/8/99

A Deputada Elbe Brandão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, servidores desta Casa, senhoras e senhores, falar transformou-se no verbo mais facilmente utilizado pela classe política neste País, distanciando-se anos-luz da ação e da verdadeira essência natural do ser humano, filho de Deus.

A discussão deve estar permanentemente aberta entre a sociedade e esta Casa Legislativa, obrigada a construir leis que regem os destinos do povo, para ampliar a igualdade entre os cidadãos mineiros em todos os sentidos.

No último final de semana, estive caminhando pelo Norte de Minas quando me deparei com uma situação inusitada na cidade de Olhos d'Água. Conheci uma professora estadual, mãe e esposa exemplar, completamente desesperada com a grave doença do marido. Seu rumo era incerto; a morte rondava seu lar. E, para sua surpresa, o IPSEMG, por imposição legal, não podia atender seu marido e resguardar seu direito à vida.

Os maridos das funcionárias públicas de Minas Gerais estão desprotegidos, mesmo em situações extremas. É premente que esta Assembléia abra a discussão sobre esse assunto. Para tanto, passo às mãos do Sr. Presidente requerimento em que proponho a realização de um debate público entre os funcionários públicos, suas entidades representativas e Governo do Estado, com a finalidade de buscar alternativas e reestruturar a legislação pertinente ao caso citado. Neste momento, comprometo-me com o funcionalismo público em apresentar parceria e projeto de lei contendo as conclusões referendadas pela classe durante o debate.

Ao ensejo, chamo a atenção do Governo mineiro para o dia 22 de abril do próximo ano. A apenas oito meses das comemorações dos 500 anos do Brasil, nada li sobre iniciativas do nosso Executivo em relação ao assunto. Parece-me que estaremos comemorando os 500 anos da Bahia, e Minas não se insere no contexto.

Com orgulho, agradeço ao Presidente Anderson Adauto por ter me indicado representante do Legislativo na comissão estadual responsável pela programação oficial das comemorações alusivas ao descobrimento. É preciso avançarmos unidos neste momento, para que o povo mineiro continue orgulhoso por ter ensinado ao Brasil os verdadeiros sentimentos patrióticos de uma nação livre.

O conteúdo do meu requerimento, Sr. Presidente, que passo às mãos de V. Exa., diz respeito a uma questão que eu gostaria que o meu colega Rodrigues me respondesse. O IPISM funciona da mesma forma que o IPSEMG. Se o marido é professor, coloca sua mulher como dependente em qualquer circunstância. Se a mulher é professora, o marido não pode estar dentro do programa, sendo atendido na área da saúde. Gostaria de saber se as mulheres Soldado e Sargento colocam seus esposos como dependentes no plano de saúde do IPISM. O pátrio poder caiu na Constituição de 1988. De 1988 para cá, o Governo de Minas Gerais e o IPSEMG têm mantido uma dinâmica que, na minha concepção, não é legal nem justa.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Deputada Elbe Brandão, é com imenso prazer que venho apartear-la. Apesar da pequena distração, de não ter entendido o início, pelas últimas palavras que V. Exa. colocou, o que eu posso afirmar é que, no IPISM, tanto a Soldado como a Cabo e a Sargento podem perfeitamente inserir como dependentes seus maridos. Não existe nenhum empecilho por parte do IPISM.

A Deputada Elbe Brandão* - No IPSEMG isso não acontece. No IPSEMG, o marido só pode constar como beneficiário da professora se tiver acima de 60 anos ou for considerado incapaz. Por que não existe tratamento igual para quando o marido é professor? Estamos abrindo uma discussão de gênero complicada, quando mais de 200 mil professoras encontram-se em uma situação como essa. Menos mal que o IPISM dê um tratamento diferenciado para essa questão.

Gostaria, neste momento, de fazer a leitura do requerimento e que V. Exa. o olhasse com bastante carinho. (- Lê:) "A Deputada que este subscreve, na forma regimental, requer seja marcado um debate público neste parlamento entre o funcionalismo público estadual, suas entidades representativas e o Governo do Estado, para discutirem sobre o direito de os maridos das funcionárias públicas serem assistidos pelo IPSEMG, sem qualquer distinção.

No limiar do terceiro milênio, quando os direitos da mulher se igualam aos dos homens como parceiros na construção de uma vida melhor para a sociedade brasileira, essa discriminação não pode continuar. A mulher, antes protegida, reconhece que seu papel mudou, e sua luta pela igualdade continuará, para defender seus companheiros e sua família. A discussão sobre o assunto constante neste requerimento é absolutamente pertinente e merece o total apoio dos nobres pares e urgente deliberação".

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Deputada Elbe Brandão, se me permite mais uma vez um aparte, gostaria de deixar bem claro que, como representante legítimo de uma classe, também temos um grande carinho pelos funcionários públicos, de uma forma geral. Deixamos o nosso repúdio a essa situação e entendemos, conforme o art. 5º da Constituição Federal, nossa lei máxima, que os homens e as mulheres são iguais perante a lei em deveres e em direitos.

Dessa forma, entendemos que tanto as professoras quanto as agentes fazendárias devem ter o mesmo direito de ter seus maridos e seus filhos também como dependentes legítimos e que também possam desfrutar de todos os direitos.

Aproveitando a deixa que V. Exa., hoje tivemos o debate sobre a Democracia e Exclusão Social. Nós, Deputados, temos que estar profundamente preocupados com duas situações. Mobilizar a sociedade para que abrace essas causas e fazer com que essas soluções não fiquem apenas no papel e na demagogia. Temos que cobrar diuturnamente dos poderes constituídos, seja do Governador, seja do Secretário de Estado ou do presidente de autarquia, para que se faça valer os direitos dos cidadãos numa participação justa e democrática acima de tudo. Devemos estar verdadeiramente atentos, como representantes do povo, para que essas pessoas não sejam excluídas do processo democrático da sociedade, conforme o tema que debatemos hoje, na Casa.

A Deputada Elbe Brandão* - De um direito que lhe é garantido constitucionalmente. Muito obrigada, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, membros da imprensa e telespectadores da TV Assembléia, gostaria de falar nesta tarde sobre um tema muito importante e que inclusive, de alguma forma, a Assembléia Legislativa teve a oportunidade de discutir hoje pela manhã: os excluídos. Infelizmente, estamos acompanhando a falta de ação do Governo Itamar Franco, especialmente a maneira como o Governo vem excluindo um tema tão importante para a sociedade de Minas Gerais - as suas prioridades.

Gostaria de falar sobre o social, sobre os direitos humanos, sobre a criança e o adolescente e sobre todos aqueles sonhos das pessoas que desejam uma proposta progressista de Governo. Esse Governo, que se intitula de esquerda e de centro esquerda deixa à mingua todos aqueles que merecem e devem ser alvo do carinho daqueles que se dizem progressistas.

Não tenho dúvida de que é uma falácia do Governo Itamar Franco, que propôs um modelo que exclui, apoiado, infelizmente, por setores importantes da vida de Minas Gerais.

Acompanhamos e lamentamos a situação carcerária em Minas Gerais, cada dia pior, e a situação do adolescente infrator, que tem de ser recuperado. Se tínhamos uma crítica ao Governo anterior, que era de nosso partido na área da segurança pública, na área dos direitos humanos, sem dúvida, agora, a nossa crítica deve ser muito mais dura, muito mais firme, porque o que estamos acompanhando é lamentável.

A situação dos adolescentes em Monsenhor Messias é lamentável, é um caso gravíssimo. O Governo está brincando com coisas sérias. Estão abandonados aqueles jovens em Monsenhor Messias. A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia esteve lá e viu a situação dos adolescentes, mas hoje ela é muito pior. São mais ou menos 140 adolescentes. No último Governo já havia o problema da classificação, ou seja, adolescentes da Região Metropolitana de Belo Horizonte estavam convivendo com os da zona rural. Muitos adolescentes da Região Metropolitana viciados em "crack" conviviam com aquele jovem que cometeu uma violência com uma foice na zona rural. O problema agora é muito pior e degrada a vida deles: a presença de maiores, jovens com mais de 18 anos.

Na rebelião que ocorreu ontem, em Monsenhor Messias, um desses maiores de 18 anos decepcionou a orelha de um adolescente de 14 anos. O Estado tem que ser culpado disso. Infelizmente, setores que se dizem comprometidos com o progresso da vida dos adolescentes estão enfiados nesse Governo. Por isso, neste momento, não existe uma voz para se levantar e denunciar o que está havendo: o descaso, a exclusão do adolescente, a exclusão desses homens e mulheres que estão nas penitenciárias.

Vem a público o Secretário de Segurança dizer que a solução é a construção de cadeias em Belo Horizonte para mais de 400 presos, mas que as vagas seriam para aqueles que estão em triagem. Ora, a maioria dos quase 200 presos que estão na Divisão de Tóxicos, no bairro Nova Gameleira, já está com seu processo passado em julgado e já deveria estar numa

penitenciária. E quanto às penitenciárias? Continua a mesma situação: por causa de uma torneira ou de uma descarga, a cela fica fechada, e não é a vaga posta à disposição.

Estamos vivendo um retrocesso. Um jornal de Juiz de Fora, outro dia, denunciou a presença de quatro adolescentes infratores lá em Monsenhor Messias, cumprindo a medida destinada pelo Juiz de Juiz de Fora, de Sete Lagoas e de Monsenhor Messias.

Todos utilizam o palanque da Assembléia para falar de exclusão, mas a exclusão está aqui. A exclusão é do Governo Itamar Franco, é a falta de subvenção social. Se não são os Deputados que têm de repassar a subvenção social, então, que essa Secretaria da Criança e do Adolescente a repasse, pois já estão peregrinando, de gabinete em gabinete, os responsáveis pelas creches do Norte de Minas, porque as crianças estão passando fome. Isso é exclusão. Para que procurar no Governo Fernando Henrique Cardoso o que temos no Governo Itamar Franco? O Governo Fernando Henrique Cardoso está errado quanto à questão da exclusão, mas ela também se encontra aqui, em Minas Gerais, e as vozes foram silenciadas. Infelizmente, Deputados desta Assembléia, pertencentes ao PT, lutadores, hoje defendem o atual Governo. E estamos vendo essa situação de exclusão no sistema carcerário, em que os nossos adolescentes têm passado por péssimos momentos, e, infelizmente, as vozes se calam. Creio que o mestre Alceu Amoroso de Lima não sonhava com essa voz se levantando, uma voz que não se levanta em favor dos excluídos, das crianças que passam fome, dos adolescentes e jovens enjaulados, contra a superlotação que impossibilita a recuperação do presidiário. Enquanto o Sr. Governador está em Sergipe, em Aracaju, em seu "road show": o PMDB contra a corrupção na Defensoria Pública, desde a 1 hora da manhã, os excluídos aguardavam a distribuição da senha para terem um Defensor gratuito, o que não ocorreu, porque estão aguardando uma lei orgânica, que estava na Assembléia Legislativa, mas foi retirada por este Governo. A proposta da lei orgânica não voltou para a Defensoria Pública, sendo necessária a presença do Chefe da Defensoria Pública, o Juiz Augusto José Vieira, para distribuir as senhas. Isso é exclusão. Os pobres de Minas Gerais não têm acesso ao advogado gratuito. Enquanto o Governador encontra-se em Sergipe fazendo um "show", pessoas se encontram em uma fila, desde a 1 hora da manhã, para terem justiça. E a Assembléia Legislativa se calou a esse respeito. Calaram-se vozes que se levantavam tão fortemente, enquanto nossas crianças morrem na expectativa de um CTI neonatal. Duas crianças morreram, ontem, esperando uma vaga no CTI. A Assembléia discute sobre os excluídos, e eles aqui estão: são crianças que morrem sem atendimento, são pessoas que se encontram na fila para conseguirem defesa da justiça, são crianças que estão em Monsenhor Messias colocadas junto com maiores de 18 anos. O Estado de Minas Gerais tem um local para cumprimento de pena do adulto jovem, que é em Neves. O de Monsenhor Messias é para o adolescente infrator. Este Governo colocou o maior junto com o adolescente. E as vozes se calam quando o futuro desses adolescentes é o sistema carcerário, é a volta às ruas, aos assaltos. E isso é exclusão.

A Deputado Maria Tereza Lara (em aparte) - Sr. Deputado João Leite, quero dizer, de público, que o PT apóia o Governo Itamar Franco quando se opõe à política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Minas Gerais é um dos únicos Estados que se encontram em dia com o pagamento da dívida do Governo Federal, devido ao bloqueio. Isso temos de deixar explícito para o povo de Minas Gerais.

Quanto à questão social, também a questionamos, porque apoiar não significa fechar os olhos, significa colaborar com o Governador, até mesmo questionando o que deve ser questionado. Nesse sentido, assinamos tese interna no PT em que se diz que temos de ter uma avaliação deste Governo para com ele colaborar, indicando-lhe propostas com vistas ao avanço na questão social.

Quero deixar claro que o PT não está mudo. Ele está participando, sugerindo, apoiando enquanto se contrapõe a essa política neoliberal que está acabando com os Estados brasileiros, sobretudo com Minas Gerais. Muito obrigada.

O Deputado João Leite - Estamos vendo realmente as perdas em Minas Gerais com esse Governo. Sinto-me à vontade para falar sobre as vozes do PT, que eram tão firmes na Assembléia Legislativa, porque o Deputado Rogério Correia deseja dizer qual deve ser a aliança que o PSDB e o Deputado João Leite devem fazer para a Prefeitura de Belo Horizonte. E o Deputado Durval Angelo já disse também quem serão os candidatos do PSDB para a Prefeitura de Belo Horizonte. Aquelas vozes que eram tão firmes se calaram diante deste quadro tenebroso no Estado de Minas Gerais. Tudo é nacional. Tudo bem. Vamos expor a questão nacional, então. Quero expor, então, a questão dos caminhoneiros. Situação grave. E estamos vendo, infelizmente, que caminhamos para uma situação em que poderemos chegar a uma convulsão social, com a inabilidade do Ministro Eliseu Padilha. Vamos criticar o Governo Federal? Vamos. Vamos abordar a situação dos Estados, enquanto o Secretário Ovidio de Angelis passava só para Goiás todos os recursos. Vamos falar de quem mais? Do Ministro José Sarney Filho. De quem mais vamos falar, desse Governo Federal, aliado também ao PMDB de Minas Gerais? Ora, estamos vendo as coisas. Exclusão é isso que estamos vendo em Minas Gerais. A falta de expectativa de vida para os bebês prematuros. Estamos vendo esse Governo que a cada semana lança um "factóide".

E agora temos a luta do SEBRAE. O Governador Itamar Franco quer mandar no SEBRAE. Quer determinar o que esse órgão vai fazer. Um homem sério como Francisco Américo não se dobrou a isso, saiu. Que mande o Governador, mas estaremos atentos! Pessoa séria não agüenta isso.

Disse outro dia que estou apresentando um requerimento de moção de congratulação com o Delegado Oto Teixeira, homem importante na segurança pública de Minas Gerais. Desvendou vários crimes, mas está saindo por causa desse modelo de segurança pública do Governo Itamar Franco. Estamos vendo a população, a cada dia, sem segurança. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, em primeiro lugar, boa tarde a todos os companheiros e companheiras, feliz estou em revê-los aqui hoje.

O assunto que nos traz a esta tribuna nesta tarde diz respeito a todos nós, brasileiros. Não apenas a nós de, Belo Horizonte, de Minas Gerais, mas a todos nós, contribuintes, consumidores e cidadãos brasileiros.

Refiro-me, Srs. Deputados, à guerra fiscal que chega hoje a uma situação que envolve a todos nós. Urge que haja uma solução. Tivemos oportunidade, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, de trazer esse assunto para discussão entre nós. Quando Vereador por Belo Horizonte, conseguimos fazer justiça comunitária numa série de segmentos. Cito como exemplo as empresas de "software". Conseguimos reduzir o ISS das empresas de "software" de 5% para 0,5%. Vejam os Srs. Deputados que fizemos isso como justiça tributária, porque, naquele momento, era demais a guerra fiscal dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Como Vereador por esta cidade, comprometido com os problemas do município, defendendo os contribuintes e o município, entramos nessa guerra e fizemos uma proposta à Câmara Municipal e ao Executivo e conseguimos essa redução. Sem dúvida alguma, isso trouxe benefícios claros e óbvios para Belo Horizonte. Tanto é que o então Prefeito Patrus Ananias, ao enviar à Câmara a proposta orçamentária, reconhecia nela um aumento de arrecadação, um ano depois dessa medida que tomamos juntamente com a Câmara Municipal e o Executivo.

Também estávamos trazendo essas idéias para o Governo do Estado e para a Secretaria da Fazenda. Qual não foi nossa surpresa hoje ao descobrir que, efetivamente, a reforma tributária que todos nós brasileiros esperamos não existe e não sabemos se ainda vai ser aprovada neste ano.

Vimos esse último episódio, que coloca Minas e São Paulo no centro dessa questão. Sobre esse assunto, venho aqui, Srs. Deputados, trazer uma proposta, uma idéia ou uma iniciativa para resolvermos esse impasse. (- Lê:)

"O resultado de um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário e pela Associação Brasileira de Defesa do Contribuinte, divulgado dia 8 de agosto pelo Estado de São Paulo, mostrou que o aumento da carga tributária no Brasil, nos últimos 13 anos, foi de 256%, enquanto o Produto Interno Bruto cresceu apenas 167%. Vejam, Srs. Deputados, a gravidade desses números.

A pesquisa explica que, mesmo com o controle da inflação e do processo de desestatização da economia, o Governo vem tendo uma arrecadação tributária elevadíssima, embora tenha acontecido, nesse período, a destruição do sistema de saúde pública, a piora do sistema educacional, a falência do sistema habitacional e o caos na segurança pública.

O estudo mostra ainda que é preocupante o aumento da carga tributária para este ano. Os indicadores econômicos tendem para um pequeno crescimento, ou até mesmo para a queda do PIB. Para a pesquisa, o contribuinte brasileiro está sendo obrigado a recolher individualmente mais tributos e, mesmo assim, com o aumento sistemático da arrecadação tributária, o poder público não tem direcionado os recursos para a solução ou diminuição dos problemas sociais".

Isso é extremamente grave. Ouvi, atentamente, o pronunciamento do nosso colega Deputado João Leite, mostrando que, infelizmente, o poder público não traz solução objetiva para os nossos problemas sociais, que têm de ser resolvidos. De que forma? Através do discurso ou da fala fácil? Não, com o desenvolvimento econômico, com recursos.

A criação do SIMPLES em São Paulo e o posterior recuo do Governador Mário Covas mostra que alguns Estados estão preocupados apenas com o que é seu, e não com toda a Federação.

Respeito muito o Governador Mário Covas, por ser um homem público, um homem que, recentemente, deu um exemplo pessoal de vida muito grande, ao sair de um estado degenerativo, provocado por uma doença infernal, mostrando que tem vontade de viver e de lutar. Tenho muito respeito por ele, embora não seja do meu partido. Mas, nesse sentido, cometeu um equívoco e um erro histórico, porque, na verdade, deixou os mineiros insatisfeitos com o Estado de São Paulo. Isso não podemos permitir, ou seja, que venhamos a não ter consciência de que vivemos em uma federação. Nesse sentido, o Governador Mário Covas se equivocou. Por isso, temos de criar uma comissão para fiscalizar e acompanhar os trabalhos da reforma tributária no Congresso Nacional.

Srs. Deputados, gostaria de me referir a um requerimento da nossa lavra, que apresentamos em Plenário. Respeito a cultura desta Casa, que tem sempre valorizado as comissões temáticas. Em meu requerimento solicito que a Mesa Diretora constitua uma comissão especial para acompanhar essa questão, por se tratar de um assunto muito delicado, muito importante e na ordem do dia. Mas o Sr. Presidente respondeu a este Deputado, enquanto Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Casa, que a nossa Comissão teria competência privativa e técnica para ser representante de todos nós nessa questão. Trago o despacho do Sr. Presidente, para conhecimento de todos. Haverá uma reunião nossa na próxima semana. Então convocaremos os nossos companheiros de Comissão, para que, representando este Poder Legislativo, possamos acompanhar, no Congresso Nacional, a reforma tributária. Já está convidado por nós e já se comprometeu a estar conosco, quando for possível, o Secretário da Fazenda, para discutirmos juntos essas questões.

É evidente que esperamos o recuo do Governador Mário Covas com relação a essa questão. Muito embora o Governador de São Paulo diga que o próprio Estado não assimilou a sua proposta, nesse momento, sem dúvida, pensará que São Paulo é Brasil e que todos somos brasileiros. Nesse momento em que o Congresso está se esforçando para dar ao País uma reforma tributária e uma resposta à carga tributária injusta, é importante que tenhamos bom-senso e paciência ao tratar dessa questão, mas temos de ficar atentos. Nesse sentido, estou evocando, perante esta Casa e este douto Plenário, essa responsabilidade para a Comissão de Fiscalização Financeira, para que o competente despacho da Presidência da Casa transforme a nossa Comissão, para que possa, então, defender esses interesses, não apenas com relação às questões do Governo do Estado, mas também com relação a outras questões, como essa ocorrida em São Paulo.

Temos de lutar pelos direitos de Minas Gerais e do povo, pois somos os seus representantes. O contribuinte brasileiro, que é o principal interessado na mudança tributária, não tem como fiscalizar nem é consultado para saber se as reformas estão de acordo com o que espera.

Minas Gerais resente-se da situação injusta que nos coloca em dependência e subordinação incompatíveis com a própria norma federativa. Os bloqueios financeiros, que estamos presentemente sofrendo, derivam desse estado de coisas, em que a União impera absoluta, tanto no aspecto político como na condução da economia.

Por esses motivos, a reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional reveste-se de extrema importância. Temos de criar uma comissão para acompanhar esse trabalho. Eu mesmo já havia enviado - como dizia há pouco ao Presidente desta casa, ilustre Deputado Anderson Adauto -, requerimento, em 26 de maio deste ano, para a constituição de uma comissão especial com a finalidade de acompanhar a tramitação do projeto de reforma tributária junto ao Congresso Nacional. Seu acompanhamento por parte desta Assembléia permitirá que o Estado e os municípios mineiros não tenham seus legítimos interesses desvirtuados por manobras tendenciosas. Afinal, Minas é a segunda potência econômica do País, e as características muito particulares de nossa atividade produtiva demandam a atenção que só esta Assembléia, na qualidade de representante do povo mineiro, pode efetivar. Nesse sentido, estou convocando os Deputados da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para que possamos sair em defesa dos contribuintes e de todos nós, mineiros.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Quero cumprimentá-lo, Deputado Márcio Cunha, por trazer esse assunto e por ter a iniciativa de propor essa comissão, pois esse é um momento de grande importância, e a guerra fiscal, de fato, prejudica muito, beneficiando não a população de São Paulo nem nenhuma outra, mas sim os grandes especuladores e donos das multinacionais. Além disso, não queremos, de forma alguma, os Estados em guerra entre si, pois somos um só País, principalmente neste momento, em que a soberania nacional corre riscos. Mais do que nunca, os Estados têm de se unir para derrubar esse projeto vigente, que não beneficia, como V. Exa. disse, o setor social, mas sim os grandes especuladores. Essa, então, é uma iniciativa importante e, apesar de não participarmos dessa comissão, queremos estar acompanhando a questão, pois essa será uma contribuição de Minas Gerais para resolvermos esse problema, que não é nosso. A Comissão de Endividamento, de que sou relatora, mostra que, na renegociação de sua dívida, Minas Gerais tem de pagar juros de 7,5%, enquanto outros Estados renegociaram a uma taxa de 6%. Portanto, estamos vendo que o pacto federativo, há muito, está sendo ferido de morte, em muitos aspectos, sendo sumamente importante a atuação dos parlamentares. O povo brasileiro não participa efetivamente das decisões governamentais, e apenas o controle social das políticas públicas, seja diretamente, através do povo, seja indiretamente, através de seus representantes parlamentares, possibilitará a mudança dessa situação caótica e a colocação de nosso País no rumo que queremos, de desenvolvimento econômico, conseqüentemente acabando com a exclusão.

O Deputado Márcio Cunha - Muito obrigado, ilustre e atuante Deputada Maria Tereza Lara. Este Deputado se compromete com a senhora. Iremos trazer à nossa Comissão o Secretário da Fazenda e, na oportunidade dessas discussões, sem dúvida alguma, iremos enviar ofício a todos os Deputados para que, independentemente de serem partícipes da Comissão, possam juntamente conosco discutir a questão e nela intervir.

Resumindo e confirmando, no dia 26 de maio, apresentamos à Mesa da Casa um requerimento de nossa lavra, solicitando à Presidência que constituísse uma comissão para tratar da questão da reforma tributária, por julgarmos o assunto premente e de grande importância para os mineiros. Além disso, fomos apanhados de surpresa com a atuação do Estado de São Paulo. Nesse sentido, a Presidência da Casa nos despachou esse requerimento, dando atribuições já constituídas no Regimento Interno, para que a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária atue na questão. Sendo assim, a Comissão diligenciará nesse aspecto, enviando a todos os Deputados informações a respeito de nossas atividades com relação à questão. Agradeço ao Sr. Presidente, aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas.

O Deputado Bilac Pinto* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, novamente ocupamos esta tribuna com o propósito de abordar a questão da guerra fiscal que está dividindo os Estados brasileiros e colocando em risco o próprio equilíbrio federativo. A par de nossa condição de parlamentar e representante da região sul-mineira nesta Casa, move-nos aquela de cidadão consciente e preocupado com uma situação que cumpre urgentemente modificar.

A história nos mostra que o confronto tem aspecto positivo quando leva ao caminho do entendimento. Durante a Segunda Guerra Mundial, quando a vitória acenava para as forças do chamado Eixo, uniram-se contra esse bloco adversários aparentemente irreconciliáveis, como os Estados Unidos e a União Soviética, nas pessoas dos Presidentes Roosevelt e Stalin. O resultado dessa união foi positivo, foi a derrota do Eixo. Os aliados derrotaram os nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

Ocorrem-nos essas considerações exatamente ao verificar que as recentes medidas adotadas pelo Governo de São Paulo - favorecendo indústrias paulistas com tratamento diferenciado na cobrança do ICMS e prejudicando os empreendimentos sediados em outros Estados - fizeram unirem-se forças antípodas e conduziu ao unânime repúdio por parte de muitas das unidades da Federação. Felizmente, as últimas notícias que nos chegam são as de que o Governador Mário Covas voltou atrás e está propondo a revogação da medida.

Nesse meio tempo, assistimos à demonstração de solidariedade do Presidente do Congresso Nacional para com o Governador de Minas Gerais, da mesma forma que outros Estados se juntaram a nós no propósito de interpelar judicialmente o Executivo paulista. É um quadro que reflete amadurecimento político e consciência cívica, encorajando-nos a pensar que o interesse maior do Brasil está em consideração.

Como tivemos oportunidade de abordar anteriormente, o vale da eletrônica mineiro está sendo seriamente ameaçado pela transferência de algumas de suas indústrias para o vizinho Estado da Bahia, para onde incentivos irrecusáveis as atraem. Todo um trabalho de meio século, que fez de Santa Rita do Sapucaí e de sua região o vale do silício brasileiro, estava e está sendo posto a perder por políticas que, longe de eliminar as disparidades regionais, apenas as camuflam. Afinal, os galpões de cacau de Ilhéus estão sendo transformados em estabelecimentos industriais, enquanto as instalações das indústrias mineiras passam a ser meros depósitos de café. Despe-se um santo para vestir outro, como bem diz a sabedoria popular.

O vale da eletrônica é apenas um dos muitos atestados da vocação industrial do Sul de Minas. A proximidade com o Estado de São Paulo fez da região um espaço propício para que nela se instalasse um sem-número de empresas, que operam como fornecedoras do parque industrial paulista. Essa operação conjugada vinha-se desenvolvendo a contento para Minas - com a geração de empregos e a arrecadação de tributos - e para São Paulo, cujas empresas se abastecem de produto de qualidade a custo adequado, evitando os fatores de

tensão e de saturação ocorrentes sobretudo na Grande São Paulo. É a velha política do café com leite, transferida do plano político para o econômico, resultando em benefício para todas as partes envolvidas.

Cabe-nos aqui, muito a propósito, acrescentar um parêntese e cumprir um dever de justiça. Tivemos oportunidade, faz poucos dias, de manifestar pessoalmente ao Governador Itamar Franco nossa preocupação com o destino do vale da eletrônica. O Chefe do Executivo mineiro recebeu-nos juntamente com as maiores autoridades do Estado, demonstrando invulgar sensibilidade quanto ao tema proposto. Assim é que o Dr. Itamar Franco determinou seja encontrada solução imediata para permitir a sobrevivência da indústria eletrônica mineira. Essa solução, aliás, poderá estender-se ao parque industrial de Minas como um todo. É um registro que fazemos, endossando o reconhecimento de nossa região ao Governador Itamar Franco.

Voltando à posição do Governador Mário Covas, diremos que ela foi insólita e destemperada. Ao tentar discriminar as empresas de outros Estados e conceder ilusória prioridade às locais, esqueceu-se S. Exa. de que na atividade empresarial vigora a reciprocidade: quem compra quer vender e vice-versa. Minas e os demais Estados, nesse contexto, poderiam partir para a retaliação, não mais adquirindo bens e serviços em território paulista. Ora, é sabido que 50% da produção de São Paulo é exportada para outros Estados, e desse fato, muito provavelmente, não se terá dado conta o ocupante do Palácio dos Bandeirantes. De outro modo não se explica ter ele partido para solução tão imediatista e desagregadora.

O que estamos presenciando vem confirmar o que antes já dizíamos: a reforma tributária em andamento no Congresso Nacional deve levar em conta a integridade política e a harmonia social da Nação brasileira. Se não o fizer, estaremos em breve partindo para o desmantelamento da Federação e não teremos como comemorar os 500 anos do descobrimento. Muito ao contrário, teremos motivos é para prantear o esfacelamento daquela que um dia foi a 8ª economia mundial, reduzida a um amontoado de republiquetas que não se entendem e que cada vez mais se enfraquecem no isolamento.

Muitos acusam de obscurantista a colonização portuguesa que tivemos. No entanto, se é verdade que prevaleceu no colonizador luso o espírito exploratório e imediatista, também é verdade que o legado que ele nos deixou é considerável: a América Portuguesa se transformou num único país, com amálgama racial invejável, identidade de idioma e de formação religiosa. Enquanto isso, a chamada América Espanhola se fracionou em dezenas de países, muitos dos quais se ressentem hoje da fragilidade de origem, haja vista o que ocorre hoje na Colômbia, para onde grande parte dos países da América do Sul tem voltado sua preocupação, pois parte de seu território foi entregue às milícias armadas, em um conluio com os traficantes de cocaína. Já o Brasil uno e indiviso possibilitou a implantação do regime federativo, por cuja sobrevivência cumpre-nos hoje lutar.

A luta que pessoalmente aqui começamos em prol do vale da eletrônica e da indústria sul-mineira extrapolou os limites regionais para se tornar questão de sobrevivência nacional. Sob esse prisma, é animador que Mário Covas tenha reconsiderado sua atitude, não atijando a guerra fiscal já existente. Esperamos que o Executivo paulista persevere nessa nova orientação, até porque - da mesma forma como sua posição inicial foi a gota d'água que fez entornar o copo - sua reconsideração poderá representar o início do entendimento entre os Estados, pondo fim a essa divergência que a ninguém aproveita e que a todos prejudica. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dois assuntos diversos, mas igualmente importantes me conduzem a esta tribuna nesta tarde. Na última sexta-feira, tive a oportunidade de participar de importante solenidade realizada no nosso querido Município de Bueno Brandão, na qual a COHAB-MG, na pessoa de seu Presidente, o Dr. Carlos Volpi de Paiva, e em parceria com a Prefeitura Municipal, entregou à população dessa cidade 25 novas unidades habitacionais.

Na ocasião, pude testemunhar o valoroso trabalho que a COHAB-MG vem desenvolvendo com o objetivo de reduzir o déficit habitacional, que ainda é muito elevado em nosso Estado e afeta de modo substancial as camadas menos favorecidas de nossa população.

A despeito da escassez de recursos que marca a presente condição de nosso Estado, numa demonstração de que é possível empreender realizações em favor da população, a COHAB-MG, através de opções criativas, tem formulado importantes parcerias com os municípios mineiros, buscando minorar as agruras daqueles que não dispõem de um teto para se abrigar.

Cumpramos, neste momento, a atuação do Presidente da COHAB-MG, o Dr. Carlos Volpi de Paiva, que vem executando com muita competência as ações e diretrizes estabelecidas pelo Governo do Dr. Itamar Franco no setor habitacional, demonstrando real preocupação em ofertar condições mínimas para que as populações de baixa renda, principalmente, alcancem o tão desejado direito à casa própria.

Ações como esta que aqui destacamos levam-nos a crer na efetiva possibilidade da realização de políticas sociais eficientes, que impliquem benefícios concretos para toda a população mineira.

Parabéns, Dr. Carlos Volpi e toda a sua equipe da COHAB-MG. Parabéns ao Município de Bueno Brandão pelo grande empreendimento.

Outro assunto que tem ocupado as atenções da sociedade mineira, nestes últimos dias, principalmente da classe empresarial, é a chamada guerra fiscal, que teve momentos de verdadeira tensão a partir da medida adotada pelo Estado de São Paulo que obriga a que 80% das matérias-primas e mercadorias compradas pelos microempresários sejam produzidas no próprio Estado.

A reação contra a medida paulista, de caráter sensivelmente protecionista e prejudicial aos interesses de Minas Gerais e outros Estados da Federação, foi imediata e promoveu a união do Governo de nosso Estado com toda a classe empresarial, através de suas entidades representativas, que se mobilizaram para repudiar, para manifestar sua insatisfação e contrariedade em face da ação inusitada do Governador de São Paulo.

Como membro do Legislativo mineiro, participei de reunião ocorrida em 3/8/99, em Pouso Alegre, onde se encontraram empresários, Prefeitos e outras lideranças de nossa região - o Sul de Minas -, para discutir a questão e formular um documento de protesto que foi encaminhado ao Sr. Governador de nosso Estado, solicitando a adoção de medidas que pudessem neutralizar os prejuízos já contabilizados na economia da região.

No dia seguinte, estive participando de audiência pública com o Governador Itamar Franco, que, atento aos desdobramentos desse delicado momento, reuniu no Palácio da Liberdade os Presidentes de todas as entidades representativas do empresariado mineiro, decidindo, naquela oportunidade, por acionar o Poder Judiciário, através de ação competente, para questionar a legalidade da medida editada pelo Governo de São Paulo.

Minas Gerais, mais uma vez, levantou sua voz, reafirmando sua inabalável postura de defesa do princípio federativo, pugnando pela imediata concretização das reformas fiscal e tributária, única alternativa capaz de evitar episódios como esse, lesivos à unidade e harmonia da Federação.

Felizmente, as últimas informações dão conta de que o Governador Mário Covas decidiu pela revogação do dispositivo da lei causadora de tamanha polêmica, renunciando o bom-senso que é necessário prevalecer em questões dessa magnitude.

Como representante do povo mineiro, reiteramos nossa disposição de continuar empenhados nessa luta em defesa dos mais legítimos interesses da sociedade mineira, especialmente daqueles segmentos que, por seu potencial, são capazes de incrementar a produção e a geração de empregos, conduzindo nosso Estado ao desenvolvimento, com a estrita observância do pacto federativo e com respeito e dignidade à pessoa humana.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Muito obrigado, Sr. Deputado. Gostaria apenas de esclarecer ao nobre amigo Deputado Paulo Pettersen que, lamentavelmente, fui candidato dessa vez, senão teria votado em V. Exa., por saber do seu trabalho sério, da sua frequência à Assembléia Legislativa de Minas Gerais e da sua determinação em defender aquilo que é correto.

Ainda gostaria de dizer ao nobre colega que não me falta conhecimento, aliás não falta conhecimento ao povo mineiro, de alguns fatos que prejudicaram nosso Estado, como atitudes, a meu ver, impensadas, de quem comanda Minas Gerais. Por exemplo, a moratória que foi declarada sem ter havido antes um diálogo com o Sr. Presidente da República.

Estamos vendo que o Estado do Rio de Janeiro está um canteiro de obras. O Governador Anthony Garotinho pertence ao partido do Sr. Brizola, que vem a Minas fazer festa em cima da moratória declarada pelo Sr. Governador deste Estado, sem contestar ação alguma do Sr. Anthony Garotinho, que vai, com isso, buscando recursos em Brasília e realizando, no Rio de Janeiro, muitas obras.

Esclareço ainda ao Deputado Paulo Pettersen que tenho conhecimento, assim como o povo de Minas Gerais, de que dividir o 13º salário em 24 meses é uma coisa histórica. Nunca, desde que me entendo por gente, ouvi dizer que algum Estado tenha dividido o 13º salário em 24 meses. Lembro-me, até, de que se trata de divisões sem nenhuma recuperação, sem juros e sem correções, para aqueles funcionários. Vendo, ontem, o contracheque de um deles, observei que recebia R\$18,00 de 13º salário. Lamento isso profundamente. Essa situação é de conhecimento público.

Não estou aqui apenas para malhar, nobre Deputado, mas também para elogiar. Essa sua exposição, com relação ao Mário Covas, merece aplausos. Temos de estar ao lado de quem está certo. Parabéns ao Governador Itamar Franco, por ter brigado por Minas Gerais e por não ter deixado escapar aquilo que se diz sobre a arrecadação, principalmente no que diz respeito ao Sul de Minas Gerais, região que estava sendo mais afetada por essa posição, até ontem, do Sr. Mário Covas. Gostaria de lembrar ao Deputado Paulo Pettersen que acaba de chegar uma notícia, com a qual ficamos um pouco descrentes. Tomara que não seja verdade! O Dr. Fábio Konder Comparato foi contratado por R\$40.000,00 para emitir parecer sobre as vendas das ações da QEMIG. Esse percentual é um tanto exagerado, levando-se em conta que o Estado diz não ter dinheiro e divide o 13º salário do funcionalismo. Obrigado pelo aparte, Deputado.

O Deputado Paulo Pettersen* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de ter o mesmo alcance de V. Exa. Este parlamento é tão polido que posso ver o brilho da sua sabedoria, não apenas a sua centelha. Tenho certeza, Deputado Alberto Bejani, que V. Exa., que passou pelo Executivo, deverá ter feito algumas contratações por notório saber. Tenho a convicção de que sua exposição sobre essa contratação não deixa, também, de ser por notório saber. Mais uma vez gostaria de declarar minha admiração por seu desprendimento e sua vontade parlamentar, que é desdobrada neste Plenário. Quando constatamos isso, no seio da sinceridade e no coração da honestidade, todos nós nos lembramos do ex-Presidente e atual Governador do Estado, Itamar Franco. Minas Gerais passou por um processo de desgoverno e de irresponsabilidade. Hoje outros colegas confundem o certo com o duvidoso e confundem a figura do ex-Presidente e atual Governador de Minas. Tenho muito respeito pela sua dimensão, pelo seu alcance e pela sua visão de estadista. Muitas vezes procuro ouvir o seu sentimento, como se estivesse, na verdade, ouvindo o sentimento do povo mineiro. Querer essa transformação é, sem sombra de dúvida, querer a realização dos valores desta Casa. Deste parlamento já saíram Governadores e Presidentes. Hoje vejo V. Exa. talvez um pouco adiante da minha visão com relação à esperança e a esse equilíbrio que possui.

Confesso-lhe que, quando V. Exa. coloca o problema do 13º salário, realmente fico um pouco chocado, pois quem deveria pagá-lo é o ex-Governador. Há aqui Deputados do PSDB que serviram a ele, com toda a sua irresponsabilidade, e gostaria que estivessem aqui para me apartear. V. Exa. questiona, com razão, a decisão de se dividir o 13º salário em 24 parcelas, mas sabe que devemos carregar o peso que podemos. Assim, o Governador Itamar Franco tentou dar uma satisfação honesta e agir com serenidade, dando o que pode. Hoje, graças à iniciativa de parlamentares desta Casa, iremos pagar esse 13º salário. Não o faremos em 24 meses, mas mais rápido, assim que for, na sua totalidade, aprovada a iniciativa da anistia fiscal, pois assim haveremos de ter os recursos necessários para tal.

No recente passado vimos que, em nome do pagamento do 13º salário do funcionalismo, o ex-Governador fez uma antecipação de receita, mas pagou as empreiteiras. Pior ainda foram sua irresponsabilidade e falta de respeito, manifestadas por um procedimento dessa natureza. Naquela época, todos os Deputados deste Plenário, mesmo os mais atuantes, silenciaram-se, mas tenho a convicção de que, em seu interior, sabiam que pecavam contra o funcionalismo. Esses mesmos Deputados não cobraram do Governador Eduardo Azeredo nenhuma ação, naquele momento triste de nossa história, e jamais denunciaram a sua atitude irresponsável. E ele, onde estava?

Quando ouço o Presidente da República e Deputados tentando denegrir a imagem do Governador Itamar Franco, fazendo-lhe cobranças, fico indignado. Esse não é o caso de V. Exa., que é uma pessoa equilibrada e comedida, que busca atitudes coerentes perante a sociedade. Quem não tem conhecimento de causa discorda dessa postura. V. Exa. sabe que tudo o que se passa aqui é levado para a sociedade.

Entendo que V. Exa. lembre a questão da aproximação das eleições. O calor é realmente natural no homem público, mas ele não pode se esquecer de suas responsabilidades na hora de passar para a sociedade informações corretas e dignas. Assim procuramos agir neste parlamento.

V. Exa. sabe que, naquele período negro da história de Minas Gerais, em que se faziam, nas ruas, movimentos reivindicatórios que levaram à morte pessoa de uma corporação que, em duzentos e poucos anos, tinha a maior respeitabilidade, transferindo exemplos para o resto da Federação, o ex-Governador não enfrentou o problema. E V. Exa. acompanhou essa situação, essa irresponsabilidade, essa falta de atenção para com a sociedade que ele representava.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Muito obrigado pelos 2 minutos. Gostaria de dizer que o nobre Deputado é muito mais experiente do que a minha pessoa, porque estamos nesta Casa apenas há sete meses e não nego que estamos muito mais aprendendo do que ensinando. Esta vida é uma faculdade, a cada dia que passa vamos aprendendo mais.

Gostaria de informar ao Deputado que o funcionário que tem suas dívidas para pagar não quer saber se a responsabilidade pelo pagamento do décimo-terceiro é do Azeredo ou do atual Governador, mas quer saber de recebê-lo, porque se trata de um direito adquirido. A justiça não trabalha corretamente, pois qualquer empresa da iniciativa privada que atrasa um dia ou deixa de pagar o décimo-terceiro recebe multas e multas, a fim de não deixar de cumprir as suas obrigações para com seus funcionários. No entanto, o Estado, que é o Governo, divide o pagamento do décimo-terceiro em 24 parcelas, e nada acontece.

Conforme matéria publicada no jornal "O Tempo" de hoje, dia 10, para Antônio Carlos Hilário, Coordenador-Geral do Sind-UTE, "o fato de o Estado pagar o décimo-terceiro de 1999 adiantado e continuar devendo o de 1998 demonstra interesses politiquieiros da atual administração. Se ele pode adiantar 50% do benefício deste ano, por que não pagar o de 1998?"

Tenho de concordar, não com a palavra "politiquieiro", mas com a necessidade, com a condição que o Estado tinha e tem de pagar o décimo-terceiro do ano passado. Não é preciso ficar discutindo se a responsabilidade é do Azeredo ou do Itamar. Isso já não interessa. O Governador atual é a pessoa responsável por aquilo que assumiu no Estado, pois não acho que quem passou o governo tenha maiores responsabilidades. Terá nas próximas eleições. O povo já marcou o ex-Governador Azeredo, disse "não" nas urnas para ele e disse "sim" a Itamar. Então, o Dr. Itamar Franco deveria pagar aquilo que já é passado, mas que deve estar presente no bolso do cidadão, do funcionário público: o décimo-terceiro. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Paulo Pettersen* - Gostaria de lembrar a V. Exa. que, em virtude da minha larga experiência no Poder Executivo, quem determina, dentro das possibilidades, é o Governador, não o Presidente do sindicato, o Deputado nem outra pessoa. O Governador deve emitir sinais ou decisões, que devemos acatar. Tenho a certeza de que V. Exa. compreenderá essa situação. Não podemos cometer as mesmas irresponsabilidades cometidas no passado. O Governador não está querendo fugir da sua responsabilidade, mas procurando uma forma de resolver esse problema.

Vejo com bons olhos a iniciativa do Dr. Itamar Franco. V. Exa., que o conhece mais do que eu, sabe que se trata de uma pessoa que procura acertar, que tem o sentimento da mineiridade, que fala com a alma, com o coração. Não é como pessoas de um passado recente, que não tinham sensibilidade e que governaram Minas com a mão esquerda, deixando marcas nos segmentos da sociedade. Essas marcas jamais serão esquecidas, não porque o governante era ruim, mas porque era irresponsável e suas ações não eram convincentes para a sociedade.

Tenho a certeza, Deputado Alberto Bejani, de que todos nós, que presenciamos acontecimentos anteriores e que deparamos com a situação de hoje, com um governante sério, estamos vendo a sociedade bater palmas, mesmo em sua fraqueza, em sua fraqueza financeira, nunca moral. Hoje somos respeitados no País. Minas levantou a sua voz. Sim, levantou a sua voz e foi ouvida. É respeitadíssima. Pudemos ver recentemente a iniciativa do Governador de São Paulo, Mário Covas, do PSDB, impondo barreiras comerciais não apenas a Minas, mas a outros Estados. Parece até que ele não faz parte da Federação. Esse é o Governo do PSDB, esse é o retorno do PSDB, esse é o neoliberalismo. Ele demonstra que quer resumir o Brasil somente a São Paulo, e ouvi poucas vozes aqui, não em defesa de Itamar Franco, mas em defesa de nosso Estado.

O mais importante, nestes momentos trágicos para o nosso Estado, é que, com toda a fraqueza, nunca deixamos e nunca deixaremos que Minas se dobre perante essa política econômica que quebrou e continua quebrando o País, insistindo nela o Presidente Fernando Henrique. Ouvimos, aqui, há pouco, que o Governador Itamar não quer o diálogo, não quer conversar. Imaginem se quisesse! Seria, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a ruína do País e do Estado. Ele tem de continuar resistindo e fazendo com que o Presidente da República olhe para trás e seja mais humilde, para que possamos ter um Brasil digno, de trabalho e de prosperidade.

Então, pergunto a V. Exa.: o que fez Fernando Henrique com os recursos oriundos das privatizações? O que faz o Sr. Fernando Henrique Cardoso prestigiar o capital volátil, com juros estratosféricos, enquanto a agricultura continua à mercê da sorte e do direcionamento da natureza? Esse é o Presidente que temos, Sr. Deputado. E ainda dizem que Itamar Franco não quer conversar, não quer diálogo. Isso é falta até mesmo de respeito. Ai deste País, se não tivéssemos Itamar Franco! Ai deste País com a ausência de Ulysses, com a ausência de Tancredo e de outros líderes que, quando falavam, eram ouvidos por toda a Nação! Hoje, não! Temos um Presidente que não é ouvido. Temos um Governador de Minas, e somos ouvidos. Isso é muito importante. Mas, reconheço, ninguém nunca dá valor à prata da casa. De qualquer forma, haveremos de ver, um dia, todos esses embates serem devidamente reconhecidos por todos.

Não podemos, de maneira alguma, cometer a irresponsabilidade de dizer que Itamar Franco está fazendo campanha para a Presidência da República. Não devemos cometer a irresponsabilidade de dizer isso neste Plenário. Ele vai continuar a mostrar os problemas do País e do Estado, para que possamos, com um amadurecimento maior, alcançar o que o País espera da classe política e do estadista.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Obrigado, Deputado. Repito que sou um admirador de seu discurso. Acho que V. Exa. se empolga e consegue transmitir coisas positivas para as pessoas que nos estão vendo, pela TV Assembléia, e para as pessoas que nos honram com sua presença neste Plenário. Mas gostaria de deixar bem claro que em momento algum defendi o Presidente da República.

Fernando Henrique Cardoso não é do meu partido. O meu partido é o PFL, e tenho a honra de dizer que trabalho no PFL com a liberdade das minhas ações. Defendo e voto a favor daquilo que acredito que é certo, através da minha ouvidoria. Não dependo de orientação partidária. Devo obrigação ao meu partido, sim, por estar filiado a ele, mas não sou cabresto de ninguém: nem de partido, nem de Governador, nem de Presidente da República. Gostaria de dizer a V. Exa. que continuo afirmando que não concordo com a divisão do salário de ninguém. E tenho moral para falar, porque, quando fui Prefeito de Juiz de Fora - a mesma cidade da qual ele também o foi -, administrei durante quatro anos dando aumento todo mês, acompanhando a inflação de até 86% do Sr. Sarney. Não atrasei um dia sequer. Muito pelo contrário, paguei adiantado ao funcionário público municipal, e tenho moral para cobrar dele, como Governador, a decência de respeitar o bolso do cidadão que trabalha e tem, no mínimo, o direito de receber o salário no 5º dia útil, como diz a lei. A não ser que o Sr. Governador também queira mudar a lei e passar para o 20º dia do mês o pagamento da folha.

Gostaria de dizer ao nobre Deputado que fico honrado em ouvi-lo, que aprendo muito com ele, mas vou continuar com a minha posição de independência e vou cobrar do Sr. Governador do Estado de Minas Gerais que cumpra a lei, porque isso não é favor nenhum. É dever de qualquer cidadão, ainda mais de uma autoridade. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Pettersen* - Deputado Alberto Bejani, tenho a certeza de que V. Exa. deparou com situação de dimensão inferior à da situação que Itamar encontrou em Minas Gerais. Era, com certeza, inferior. E lá, muitas vezes, V. Exa. assentou-se à mesa com os credores da Prefeitura e fez uma divisão dos seus pagamentos, de modo que pudesse cumprir com as suas obrigações. Isso é comum nas prefeituras.

Nobre Deputado, quando o Governador Itamar Franco dividiu em 24 meses, não foi bem entendido. Ele assim o fez para que tivesse o prazo necessário para, o mais rápido possível, resgatar o 13º salário do funcionalismo. Haja vista que V. Exa. participou, neste Plenário, da votação, quando aprovamos a anistia fiscal. E tenho a certeza de que, daqui a um mês ou dois, no mais tardar três meses, esse problema será sepultado de vez - com o aval de V. Exa. -, e esse é um gesto de grandeza: coloca o Estado acima do interesse pessoal e até mesmo partidário. Mostra o seu bom desempenho e a admiração que temos por V. Exa. nesta Casa.

Tenho a certeza de que quem aprenderá muito mais com esse gesto seremos nós, porque V. Exa. tem a positividade, o amadurecimento e a sensatez de que, quando fala, fala com o coração. Pode ter a certeza de que aprenderemos juntos, porque a única escola, a única faculdade em que não nos formamos é nessa na qual prestamos vestibular de quatro em quatro anos. É a única que não conhecemos, que estamos sempre conhecendo, um dia após o outro. E graças a este Plenário, a esta Casa, recebemos V. Exa. aqui para representar Juiz de Fora e outras partes de Minas Gerais.

V. Exa. vem, com dignidade, desempenhando seu papel de parlamentar. Pode ter certeza de que a instituição tem por V. Exa. um grande apreço, e todos nós continuamos admirando sua iniciativa, que é das mais corretas e coerentes com a sociedade mineira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE CONVÊNIO

1ª Conveniente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2ª Conveniente: Prefeitura Municipal de Diamantina. Objeto: permitir o acesso, pela Prefeitura, aos programas transmitidos pela TV Assembléia, para fins de retransmissão do sinal. Vigência: um ano a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 3.1.3.2.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Maxis Consultoria Ltda. Objeto: prestação de serviços de suporte e manutenção técnica de sistema computadorizado para controle e apuração de registro de frequência. Objeto deste aditamento: manutenção do preço pelo período de 6 meses. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: a partir de 16/8/99.

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Convite nº 10/99 - Objeto: contratação de serviços de transporte aéreo - Licitantes vencedoras: Líder Táxi Aéreo Ltda. (alíneas a.1 - aeronaves prefixos PP-JAA, PT-LGS e PT WGE e a.3 - aeronave prefixo PT-OZR), Ariba Táxi Aéreo Ltda. (alínea a.2 - aeronaves prefixos PT-OCY e PT-LTF) e Viganó Táxi Aéreo Ltda. (alínea a.5 - aeronave PT-VPC).